Racismo Contra Indígenas: reconhecer é combater

Kércia Priscilla Figueiredo Peixoto^a

Esse artigo reúne diferentes perspectivas sobre o entendimento do racismo contra o indígena a partir do levantamento de depoimentos em trabalho de campo realizado em grande parte na cidade de Santarém (PA). Entrevistas, relatos, apresentações em eventos com indígenas e não indígenas que abordavam o tema do racismo foram analisadas para compreender de que forma ocorre ou não o entendimento de que o racismo é violência que atinge os indígenas. Os estudantes indígenas da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) ao identificar, reconhecer e denunciar o racismo que os atinge transformam aquele espaço em um lugar de pensamento e ação decolonial.

Racismo contra Indígenas; Preconceito; Discriminação; Ação Decolonial

O artigo pretende revelar como o racismo contra o indígena é explicito socialmente, mas é desconhecido enquanto violência que o atinge. Esse trabalho é resultado da pesquisa para a elaboração da minha tese de doutorado, quando me deparei com muitas pessoas que perguntavam do que se tratava a minha pesquisa. A resposta de que eu estudava o racismo contra os indígenas causava um misto de surpresa e espanto suscitando muitas vezes um novo questionamento: "existe racismo contra o índio?". A informação de que os indígenas sofriam

a Doutora em Ciências Sociais/ Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: kerciapris@gmail.com.

racismo parecia nova, pois eram comumente chamados de preconceito ou discriminação os casos de violência, desprezo e mal tratamento que eles sofriam. Racismo, de certa forma, fugia de qualquer relação que associasse o indígena. Dei-me conta de que apesar de evidente, o racismo contra o indígena não era reconhecido socialmente.

Nas conversas com meus interlocutores, frequentemente ao tocar no assunto racismo as pessoas acabavam evitando aprofundar o tema ou imediatamente desfocavam do indígena e associavam o racismo à população negra. Como afirmou um estudante não indígena de Ciências da Computação, de 18 anos, que entrevistei na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa): "racismo é de raça, então o indígena sofre mais preconceito tanto pelo modo de vestir, de se comportar. Ele sofre mais pela cultura em si do que pelo fato dele ser índio. O que faz ele querer se aculturar para não sofrer tanto preconceito".

A ideia de que o indígena não sofreria racismo foi reproduzida muitas vezes involuntariamente pelos meus entrevistados. As violências sofridas pelos indígenas são chamadas popularmente de preconceito ou discriminação, raramente racismo. O indígena é ainda associado à questão cultural e isso é resultado da construção da nacionalidade brasileira. Embora a palavra raça não seja explicitamente referida, ela é empiricamente presente no caso dos indígenas. Constata Guimarães:

"Quando a 'raça' está empiricamente presente ainda que seu nome não seja pronunciado, a diferenciação entre tipos de racismos pode ser estabelecida através da análise de sua formação histórica particular, isto é, através da análise de modo específico como a classe social, a etnicidade, a nacionalidade e o gênero tornaram-se metáforas para a 'raça' ou vice-versa" (Guimarães 1995:32).

Concordo com Guimarães e comecei a analisar como a questão racial foi metaforizada em discursos em relação aos indígenas. No contexto brasileiro, o racismo contra o indígena é explícito, mas raramente é identificado como tal. No entanto, ao longo da minha pesquisa, percebi que os indígenas começavam a nomear racismo para denun-

ciar diversos tipos de ofensas, preconceitos e discriminações que sofriam. Acho válido aqui um esclarecimento: embora sejam sinônimas, as palavras atuam de forma diferente no imaginário coletivo. Racismo é um vocábulo pesado e carrega um estigma que se refugia em eufemismos no contexto social brasileiro, onde se estabeleceu a crença de que racismo não existe. Quando passou a ser reconhecido o racismo foi relacionado a violência que atinge a população afrodescendente e não os indígenas.

Nomeando o racismo

Durante o IV Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas (ENEI), realizado em outubro de 2016 na cidade de Santarém (PA), o indígena e professor de artes Budga Deroby Nhambiquara (Werá Nhambiquara) participava da Mesa 'Racismo institucional contra povos indígenas no universo acadêmico e a realidade encoberta: a importância do movimento estudantil indígena na academia', quando falou enfaticamente:

Nós sofremos o preconceito por estar aqui. Você quando sofreu o preconceito foi simplesmente por você existir. Porque nós resistimos. Por mais que fomos jogados pro lado, pro mato, nós estamos aqui. E o mais importante é você bater no peito e dizer eu mereço isso aqui. E se você olhar pra trás 'eu mereço porque meu povo resistiu, porque eu estou aqui, porque eu existo'. Você tem que conviver com isso.

Usando a palavra preconceito, Budga Deroby Nhambiquara escancarou o racismo sofrido pelos indígenas no ambiente da universidade e demonstrou altivez para o enfrentamento do problema. O racismo implica uma relação de inferiorização de determinados grupos socialmente construídos como raciais. Ele tem diversas faces podendo se manifestar de variadas maneiras, que vão desde imperceptíveis às mais escancaradas ações. Constato que o racismo pode ocorrer através de: (1) discriminação externalizada em atitudes explícitas; (2) do preconceito, concebido no íntimo das pessoas, que naturaliza percepções

e sutilezas; e (3) na segregação de grupos em determinados ambientes. Assim, o leque de vocábulos usados para desviar da nomeação do racismo são desdobramentos dos próprios sentimentos que levam à ação. No caso dos indígenas, é comum entender e nomear as 'partes' – discriminação, preconceito –, mas ainda é raro reconhecer o 'todo' como racismo.

Racismo é tudo que hierarquiza em termos de superioridade ou inferioridade na concepção do humano, por isso ele se revela de diversas maneiras. Não há uma fórmula geral para reconhecê-lo nos diversos lugares do mundo. Cada sociedade estabelece suas normas de inferiorizar outros humanos. Como explica Grosfoguel "as elites ocidentalizadas do terceiro mundo (africanas, asiáticas ou latino-americanas) reproduzem práticas racistas contra grupos étnico/raciais inferiorizados onde dependendo da história local/colonial a inferiorização pode ser definida ou marcada através de linhas religiosas, étnicas, culturais ou de cor" (2011:98 – traduzido pela autora)¹. Vale insistir na crítica da crença de que o racismo se reproduz da mesma maneira ou baseado nas mesmas conotações de um modelo excessivamente difundido, no caso os modelos americano ou sul-africano. Essa crença cria a falsa ideia de que em outras partes do mundo o racismo não existe.

A ideia de que os indígenas são identificados por aspectos culturais e não raciais está presente no cotidiano popular. Foi sustentada através de um sistema educacional que até hoje realça diferenças diacríticas dos indígenas e de certa forma os romantiza. O indígena foi então afastado da questão racial, inclusive por estudiosos brasileiros. Vale esclarecer que embora raça tenha sido desconstruída do ponto de vista biológico, ela persiste enquanto 'raça social' (Guimarães 2002). Longe de qualquer abordagem pseudocientífica biológica sobre raça há muito desconstruída, de acordo com Guimarães (2003) raça é um conceito nativo, que só faz sentindo em um contexto específico, prático, concreto, com um sentido histórico para um determinado grupo humano.

A imagem do negro foi associada à escravização e filmes e telenovelas trataram de consolidar essas representações, onde o negro, quando não interpretava o papel de escravo em novelas de época representava serviçais, sob as ordens da elite branca. O índio raramente aparece nas mídias e quando ocorre sua imagem é vinculada a um passado romântico, sendo inexistente uma imagem contemporânea dos indígenas. Essa produção de imagens consolida a ideia de um senso comum como retratada na fala do estudante da Ufopa, de 18 anos, que citei na introdução:

O racismo destinado aos negros é muito mais pertinente porque, como os negros foram um povo mais escravizado, têm-se uma visão de que os negros não servem para ocupar posições de prestígio social: servem só pra serviços básicos. O índio sofreu, mas não tanto o quanto a população negra sofreu e até hoje sofre.

Essa é uma fala infiel à realidade que afasta o indígena do sofrimento e da exclusão social. Quando se trata de racismo, o indígena continua a ser afastado das análises de disparidades raciais. Na maioria das vezes, ele nem mesmo é citado nas pesquisas que resultam em percentuais indicativos de disparidades sócio econômicas que refletem a dinâmica da sociedade brasileira. Por essa razão acho oportuno discorrer sobre a divisão estabelecida que associa o negro à raça e o indígena à etnia. Mas antes vou esclarecer como o racismo tantas vezes é reconhecido como preconceito e discriminação.

Racismo entre preconceito e discriminação

Em fevereiro de 2016, voltei a Santarém para novas entrevistas, observações e para confirmar minha percepção de que os indígenas afirmados do baixo Tapajós começavam a denunciar como racismo as violências que sofriam. Naquela época, circulavam pelas redes sociais denúncias de casos de racismo que estavam acontecendo na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Fatos que geravam a indignação coletiva dos indígenas com muitas manifestações de repúdio e compartilhamentos. Antes de encontrar duas vítimas do racismo na Ufopa, entrevistei um jovem indígena auto afirmado que chamarei de Guerreiro. Ele me contou histórias de como se reconheceu indígena,

qual era a imagem que tinha sobre os indígenas antes de se auto afirmar, e o orgulho que agora sentia, entre outras coisas.

A entrevista já tinha se tornado uma conversa amena quando toquei no assunto racismo, perguntando se ele já havia sofrido alguma violência do gênero. Perto de nós estavam dois outros jovens indígenas, que chamarei Waru e Kaxi. Quando falei a palavra racismo, Waru interrompeu dizendo: "racismo só acontece entre negros e brancos". Guerreiro, que até então falava com desenvoltura e clareza, parou, refletiu e confirmou: "é entre negros e brancos, entre brancos e negros". No Brasil é comum evitar falar sobre racismo. Quando se toca nesse assunto, as pessoas quase sempre emitem opiniões prontas, com muitas certezas e poucas dúvidas. Na nossa conversa prevaleceram os questionamentos, por isso Kaxi se integrou e perguntou: "mas, vocês acham que não existe entre negros e negros?". Uma confusão de ideias se formou e a conversa de repente ficou acalorada entre perguntas, respostas, silêncios, reflexões, quando Waru repetiu enfaticamente:

Waru: É entre essas cores: negro e branco.

Kaxi: Mas, tu achas que não existe entre...

Waru: Indígena é mais discriminação mesmo.

Kércia: Você diz que o racismo não ocorre em relação ao indígena?

Waru: É sobre o negro e o branco...

Guerreiro: No caso é como eu tô te explicando, nós somos mino-

ria.

Waru: Não é nem pelo fato de ser uma minoria...

Guerreiro: Nós somos minoria sim!

Waru: É porque nós não somos negros nem brancos!

Guerreiro: Não...

Nesse momento, Kaxi interrompeu e disse "Nós somos amarelos". Ninguém deu atenção ao fato dele ter qualificado os indígenas como 'amarelos'. Essa foi uma demonstração de que cor se refere a como a pessoa entende o pigmento de sua pele ou como esse é entendido por outra pessoa. Geralmente, cor é auto descrita através do gesto comum de olhar para a própria pele dissociando-a de traços e ancestralidade. Cor não estabelece uma rígida classificação. No Brasil, cor parece não

merecer tanta atenção e parece entrar em cena somente quando se fala sobre racismo. Além disso, na arena social apenas duas cores parecem relevantes para o entendimento do racismo: o negro e o branco. Assim, o indígena é afastado e acaba, por sua vez, se afastando desse debate. Mas vamos voltar a conversa que seguiu com Guerreiro justificando o que ele havia falado sobre indígena ser minoria:

Guerreiro: Minoria que eu digo no sentido de se auto afirmar porque se todo indígena fosse se auto afirmar...

Kércia: E o indígena? Por que você acha que ele sofre discriminacão e não racismo?

Waru: Pelo fato dele ser indígena mesmo. Não é questão de cor. É questão cultural mesmo.

Kércia: E você acha que o racismo é ligado a cor?

Guerreiro: É ligado a cor mesmo.

O diálogo demonstra que Waru associa discriminação à questão cultural e que esta é relacionada ao indígena. A ideia de que o racismo é ligado à cor é ainda comum no Brasil. Logo depois da incisiva afirmação de que racismo é ligado à cor, o silêncio tomou conta e deu lugar à reflexão. Eu os agradeci e eles disseram que as perguntas foram 'legais' para pensar sobre isso. Os indígenas participantes dessa conversa são aguerridos, críticos, defendem com 'unhas e dentes' suas identidades, se orgulham de serem indígenas e lutam bravamente por seus direitos. Têm consciência do processo histórico que sofreram e da violência que sofrem por instituições e pessoas. Reconhecem e enfrentam o racismo cotidianamente, nomeando-o de outras formas. Existe ainda pouca intimidade com a palavra racismo, mas aos poucos eles vão se apropriando da palavra e denunciam o fato, especialmente dentro da universidade.

Os indígenas afirmados do baixo Tapajós têm certeza de quem são. Mas falar em raça se referindo aos indígenas é algo inusitado, o que faz embaçar a percepção do racismo que sofrem. Racismo contra os indígenas, apesar de a atitude ocorrer sistematicamente, é uma nomeação rara, visto não serem eles compreendidos na categoria raça, socialmente construída. O uso recente da palavra racismo pelos indígenas inaugura algo novo nas políticas discursivas. A denúncia do racismo na sociedade brasileira vem sendo feita pelo movimento negro desde a década de 1930. Isso fez com que, ao longo do tempo, essa constatação ganhasse 'validade técnica' e políticas públicas específicas de combate. Falar em racismo contra o indígena quebra um paradigma.

Repetidamente ouvi no ambiente acadêmico que para trabalhar com povos indígenas eu deveria considerá-los enquanto etnia e não como raça. Era preciso considerar suas diversidades culturais. Acho que foi com essa percepção que me perguntaram, durante a minha entrevista para entrar no curso de doutorado, o porquê da minha escolha ter sido sociologia e não antropologia, já que iria trabalhar com indígenas. Considero louvável valorizar as diferenças, costumes, línguas, modos de vida, religiosidade, enfim as culturas que caracterizam as etnias dos indígenas. Porém considero tão importante quanto essa tradição acadêmica denunciar com eles, os indígenas do baixo Tapajós, as violências racistas que sofrem. Eles passaram a nomear a violência como racismo, eu interpreto a nomeação.

Entre os indígenas, especialmente aqueles ligados ao movimento indígena, o termo racismo começa a ser empregado com mais frequência, mas ainda carrega uma característica etimológica cujo significado parece ser movediço. Isso ficou claro enquanto entrevistava Marcelo Borari, indígena auto afirmado de 33 anos do baixo Tapajós, graduado em artes e professor, que, muito seguro de si, compartilhou histórias e percepções que me ajudaram a compreender melhor a realidade e a costurar empiria e teoria. Ele respondia as minhas perguntas com destreza e sabedoria até eu questioná-lo sobre racismo.

Quando perguntei para ele o que é o racismo, a fluência com que ele vinha respondendo às perguntas deu lugar a uma breve pausa, seguida pela resposta inicialmente reflexiva: "Racismo... Hum... racismo... A gente sente até pena dessas pessoas porque são muito fechadas. Vivem num mundinho ali trancado e não conseguem enxergar

essa questão da diversidade. Olha eu não gosto do racista, mas é muito difícil eu lhe dizer o que é que é o racista. O quê que é o racismo..."

A dificuldade de conceituar o racismo, que Marcelo Borari demonstrou, expressa a pouca intimidade que geralmente as pessoas têm em identificar e utilizar o termo, especialmente quando se trata de um tratamento deletério destinado ao indígena. Com o aprofundamento da nossa conversa, Marcelo resolveu me contar o que havia lhe acontecido:

Como eu tô à frente dos jogos [indígenas] me chamaram pra uma entrevista. Aí o repórter fulano de tal chegou comigo 'você tá à frente dos jogos aqui, mas agora fale o seu nome'. Eu disse 'Marcelo Borari'. Ele 'Borari' Mas, Borari mesmo?' Quer dizer, só nessa parada que ele deu na hora de fazer essa abordagem, eu já vi o preconceito de cara. Uma discriminação ali. Porque vai ver que quando ele me olhou pensou 'pô! Mas, Borari' Aquela ideia. Pra ele a minha imagem não tava de acordo com a mentalidade que ele tinha do que é um indígena.

Embora Marcelo tenha descrito o racismo que ele mesmo vivencia e presencia em relação aos demais indígenas em Santarém, ele evitou a palavra racismo. Na sua fala fluíram as palavras preconceito e discriminação, o que é natural em um contexto onde a questão racial por muito tempo foi desconectada e o reconhecimento das atitudes de negação do Outro como racismo ainda é muito tímido. Percebendo a clara dificuldade em falar a palavra racismo, pergunto se ele considera que as pessoas percebem que estão cometendo atos racistas. E em sua resposta fica clara a percepção da naturalização dessas atitudes na sociedade. Ele fala:

Ás vezes é um ato involuntário. Isso já faz parte da cultura. A pessoa já carrega isso consigo. Eu acho que as leis estão mais pra frear, pra começar a expelir aquilo que tu já tens dentro de ti. Porque as leis não acabam com o racismo, elas acabam com o ato de tu manifestar isso publicamente. Mas, o racismo... Quem me acha feio, nunca vai me achar bonito (...). Isso é uma coisa muito do ser humano.

Essa conversa revelou para mim o quanto o racismo é afastado da questão indígena e passei a adotar a seguinte pergunta: "Quando o indígena vai para a cidade e as pessoas o ignoram, o maltratam, ou verbalizam expressões grosseiras contra ele, o que ele sofre?". Dirigi a pergunta para cerca de 20 pessoas adultas de variadas faixas etárias, entre amigos, vizinhos, colegas, familiares e também para indígenas. A resposta mais comum foi preconceito, depois discriminação, algumas vezes a resposta era insegura, respondida com uma pergunta: "preconceito, discriminação?", raras vezes injúria racial.

Um amigo advogado me causou surpresa ao responder 'racismo'. Alonguei a conversa e ele me explicou juridicamente o porquê de ser racismo, enfatizando o peso de ser um crime inafiançável e imprescritível. Eu falei do uso popular e do quanto as pessoas raramente reconheciam a violência contra o indígena como racismo. E foi pelo entusiasmo da nossa conversa que ele teve a ideia de me apresentar Ariana dos Santos, indígena Karipuna, conhecida como Ariana Karipuna, de 34 anos, que é professora e formada em Licenciatura Intercultural Indígena, Ciências Humanas, e que foi candidata a vereadora no município do Oiapoque, no estado do Amapá.

A descoberta de Ariana Karipuna

Ariana Karipuna vive em dois lugares: na cidade sede do município de Oiapoque e na aldeia Manga, que dista 24 quilômetros da cidade. Na sua aldeia moram aproximadamente 1.200 indígenas, que perderam sua língua originária Karipuna, do tronco linguístico Tupi, e hoje falam o Kreoul (também chamado Patuá), uma derivação do crioulo, influenciada pelo francês da Guiana Francesa. Seu bisavô materno era francês e sua bisavó indígena, os avós maternos indígenas. Do lado paterno, seus avós eram, segundo ela, "índios que não tinham mistura".

Na nossa conversa, Ariana Karipuna relembrou da adolescência quando precisou estudar na cidade. Na escola, ela sempre se apresentava como índia Karipuna, e logo começavam a chamá-la de "índia brava, índia cobra, índia onça", ela lembra: "me chamavam de burra porque eles achavam que eu não sabia nada, só que eu dava show neles com as minhas apresentações". Ela diz que algumas vezes se sentia excluída, pois muitos colegas não queriam fazer trabalhos em grupo com ela. No entanto, outros colegas a chamavam para participar de trabalhos conjuntos e ela se esforçava para conseguir boas notas, pois fazia questão de mostrar que "índio é inteligente".



Figura 1: Ariana Karipuna. Foto: Ariana Karipuna (selfie).

Ela disse que os indígenas sofrem muito preconceito e por isso junto com outras lideranças organizaram várias palestras para que os indígenas passassem a sentir orgulho, no lugar de se envergonharem por serem indígenas. Nas palestras e formações, eles falavam muito sobre preconceito, mas, através do nosso amigo advogado, ela descobriu que muitos casos de preconceito que conhecia se tratavam de

racismo. Ela me contou que não imaginava que eles sofriam racismo: "aqui a gente achava que era só preconceito o que a gente sofria, a gente nunca tratou como racismo". Completou seu relato dizendo que achava que racismo era uma ofensa muito forte que só acontecia com o negro e por isso na sua aldeia e também na família "a gente discute muito como preconceito". O relato de Ariana me confirmava o quanto o racismo estava dissociado do indígena não só na visão dos não indígenas, mas também dos próprios indígenas.

Perguntei se ela tinha tido a informação sobre o racismo na Universidade Federal do Amapá (Unifap) onde estudou, e ela respondeu que "sempre na universidade a gente nunca tratou como racismo, a gente sempre tratou como preconceito. Até mesmo as professoras universitárias, que não são indígenas, tratavam como preconceito". Para Ariana, falar em racismo foi uma descoberta que a empoderou, pois, descobrindo o que é juridicamente o crime de racismo, ela começou a nos contar casos de racismo que os indígenas sofriam, que enfrentavam no cotidiano e de como respondiam a quem os maltratava, mas que não sabia que poderia denunciar para as autoridades como racismo.

Ao ter essa informação, ela falou com um misto de alívio, certa alegria e nova segurança: "como preconceito eu acho que eu não tenho como processar uma pessoa, mas eu acho que como racismo sim. Assim a gente pode fazer uma pessoa mudar a ótica dela sobre o indígena e a gente pode fazer ela respeitar". Os casos de preconceito e/ou discriminação racial estão enquadrados no crime de racismo. No entanto, Ariana Karipuna não percebia tais violências como racismo, não considerando a possibilidade de denunciar: "eu acho que, em vez de preconceito, se a gente falar racismo, as pessoas vão pensar 'poxa, racismo é mais pesado', então elas vão começar a pensar sobre essa questão".

Eu mostrava algumas fotos de minha pesquisa para um amigo, de 30 anos, quando ele olhou a imagem acima de Ariana Karipuna e imediatamente perguntou se ela era também uma índia. Ao dizer que

sim, que era uma Karipuna da aldeia Manga, ele respondeu "Ah! Não é não. Toda produzida com óculos, batom e ainda por cima usando aparelho de dente, me desculpa, mas não é índia não!". A reação dele expressava plenamente o senso comum que define uma outra imagem ao indígena, como se a ele não fosse permitido qualquer influência cultural, pois isso faria com ele perdesse a indianidade. A associação entre indígenas e traços culturais diacríticos é resultado de uma política educacional que ainda hoje transmite essa imagem do indígena às crianças. A mídia também cumpre o papel de reforçar essa imagem através de transmissões que reforcam estereótipos².

Enfrentando o senso comum

Nesse tópico esclareço a divisão comum que se estabeleceu entre raça e etnia no Brasil. Geralmente, raça é associada aos afrodescendentes e essencializada em termos de cor e traços. Já etnia é referida aos indígenas elencando uma série de padrões socialmente produzidos e culturalmente estabelecidos. É importante entender de que forma ocorreu essa fratura para compreender sua repercussão no meio social e assim buscar um maior esclarecimento para tratar o racismo.

No ano 2000, participei de um seminário sobre os impactos da Hidrelétrica de Tucuruí, a qual afetou muita gente, inclusive os povos Parakanã, Assurini e Gavião. O evento reunia burocratas, lideranças comunitárias, indígenas, acadêmicos e pesquisadores. Uma das coisas que mais me marcaram não fazia parte da programação do evento. Em um intervalo das atividades, um respeitado professor-pesquisador relatou, para um grupo de acadêmicos, que havia sido abordado por um índio 'vestido de índio' (pintado e usando cocar), que o ofereceu alguns artesanatos. O professor, tentando escapar da compra, disse como desculpa, que não tinha dinheiro no momento. Em seguida ele contou, com tom de espanto e sarcasmo, que o índio na mesma hora o apresentou uma máquina de cartão de crédito. Todos se surpreenderam e riram se questionando se ele era mesmo um índio ou afirmando que o índio parecia muito esperto. Se o fato de ter uma

máquina de cartão fazia as pessoas duvidarem da sua identidade ou o associarem à esperteza, o que faria dele um índio então?

Ser índio difere em muitos lugares do mundo de acordo com a imagem imputada a ele e sustentada pelo senso comum. Conforme relatado, no Brasil o índio foi deliberadamente associado ao ser selvagem que vive na mata, guerreiro, importante por ter sido uma das 'raças' formadoras do povo, mas para sempre fincado no passado. Ainda hoje muita gente fica perplexa ao ver índio usando celular ou mesmo calca jeans. O acusam de estar perdendo sua cultura por um errôneo entendimento do que significa cultura. Conforme Clarice Cohn, "muito se comenta, e se lamenta, que os índios estão perdendo sua cultura. Um índio calcado e vestido com calcas jeans, falando português, utilizando gravadores e vídeos ou morando em uma favela em São Paulo aparece aos olhos do público como menos índio. Eles deveriam seguir suas tradições, se diz" (2001:36). Não cabe aqui aprofundar sobre o conceito e dinamismo da cultura, mas, dentre os seres humanos, o índio é o único ao qual parece não ser permitido alguma transformação. O que fortalece a imagem desse índio preso ao passado, impedido de usufruir tecnologias que acompanharam o desenvolvimento da humanidade? O senso comum.

Conhecido como um modo geral de pensar da maioria das pessoas, o senso comum faz com que certas crenças ou afirmações sejam consideradas 'normais', sem que haja reflexão ou busca para alcançar um entendimento mais coerente. Esse modo de pensar difundido e compartilhado pela maioria das pessoas é imposto pela ideologia de uma minoria detentora do poder. No caso da construção do nacionalismo brasileiro, é o ideal da elite que se impõe através de instrumentos de controle como a mídia e a educação. Esse ideal da elite, apoiado pela antropologia de uma época, serviu para consolidar o entendimento sobre povos indígenas, categorizados por distintos elementos culturais postos em realce. E serviu para reduzi-los a uma análise exclusivamente étnica, vinculando-os tão somente à questão da etnicidade.

Já os homens negros escravizados vieram de tribos africanas com variadas línguas, mitologias, crenças, tradições e rituais. Ao serem vendidos no Brasil, os escravagistas os misturaram para que se tornasse mais difícil qualquer forma de organização e revolta coletiva. Perdida a liberdade, em uma terra longínqua, o banzo era sentimento comum e refletia a intensa dor emocional. A escravização foi um golpe profundo nas culturas dos negros africanos, que, contudo, resistiram, lutaram, sobreviveram e se reconfiguraram, recuperando elementos culturais e agregando novos.

O homem negro foi identificado à escravidão, e, como essa era uma prática demasiada perversa, mais fácil para os brancos era culpar e associar ao negro toda forma de difamação moral e física. Assim, os africanos escravizados foram associados a tudo que é negativo, mutilados em suas diversidades, apagados em suas expressões culturais e identificados somente pela sua cor e traços, ou seja, pela sua condição genotípica e fenotípica: o que se resumiu em 'raça'. Associada à aparência, a 'raça' negra assim foi compactada e estudada por uma gama de acadêmicos e especialistas.

Já os povos nativos sofreram um duradouro extermínio e para os sobreviventes e resistentes foi imposto o processo de 'assimilação', a fim de que se tornassem 'cidadãos' brasileiros. Diversamente do negro, ao qual foi associado tudo de mais negativo, o índio foi mitificado e associado ao heroísmo e à pureza. O índio foi considerado glorioso, digno de ser reconhecido com orgulho como nosso ancestral, mas também misterioso, desconhecido, elemento exótico, portanto. O indígena, se por um lado foi combatido, escravizado e quase dizimado durante a colonização, por outro lado, dentro da ideia de construção da nação, merecia ser estudado, para que se registrassem as diferenças e características culturais dos poucos grupos que sobraram, antes que se perdessem por completo conforme a crença de uma época. Esses elementos culturais estudados detalhadamente foram associados à *etnia* e aos antropólogos cabia desvendá-los, registrá-los para de alguma forma eternizá-los.

José Maurício Arruti, no artigo 'A emergência dos Remanescentes: Notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas' (1997), analisa como o pensamento social brasileiro fundou uma cosmologia nacional baseada na divisão dos grupos humanos interpretados em 'universos semânticos distintos". Ele relata como, a partir da produção intelectual pós década de 30, o negro foi associado aos estudos de raça, e o índio aos de etnia:

"Poderíamos afirmar que a cada um desses dois recortes da população submetida aos aparelhos e à ideologia do Estado Nacional brasileiro coube uma tradição acadêmica, cada uma com o seu próprio panteão de autores, seu repertório teórico, suas categorias de análise, seus diagnósticos sobre a realidade brasileira. Da mesma forma, o Estado produziu expedientes de controle cultural e social diferentes para cada um desses recortes, gerando formas distintas de lidar com a alteridade representada por indivíduos não-brancos, incivilizados, inferiores em termos mentais e culturais que, no entanto, precisavam ser assimilados ou absorvidos pela nação brasileira" (Arruti 1997:9).

Deste modo, apesar de índios e negros representarem conjuntamente a parte não branca e, portanto, indesejada da sociedade, eles foram analisados distintamente. Arruti (1997) demonstra como cada uma dessas tradições acadêmicas, apesar de caminharem autonomamente nos seus campos de estudo, resultaram em "eixos de mutações estruturalmente semelhantes entre si": os especialistas em etnia reduziriam a análise em índio/caboclo/civilizado, onde caboclo seria apenas o termo fugaz para um momento de transição, tornando-se uma categoria sociológica fraca; já os especialistas em raça adotariam a redução de negro/mulato/branco, na qual o mulato ganhou uma positividade sendo exaustivamente referenciado. Distintos por abordagens, mas não pela condição subalterna, caboclos e mulatos seriam condensados nos posteriores estudos sobre o povo.

Com o fim do período ditatorial e a abertura democrática, a década de 1980 foi marcada por grande mobilização popular. Os movimentos sociais se formaram, cresceram e se fortaleceram, e com eles as lutas por identidades e direitos. Aquele caminho pré-determinado,

que condensava caboclos e mulatos na categoria povo, cujo destino era ser branqueado e civilizado, foi redirecionado por grupos considerados minorias. Minorias conscientes que exigiam reparações históricas. Isso deu uma nova configuração à questão racial. O grande momento para o reconhecimento de identidades e direitos foi a promulgação da Constituição Federal de 1988 que reconhece direitos. Quero dizer que, apesar dos estudos sociológicos ou antropológicos recortarem com bordas tão precisas os estudos de raça e etnia, na prática raça e etnia estão imbricadas na sociedade. Essa imbricação é percebida plenamente quando se trata do racismo que atinge índios e negros. Que tanto raça quanto etnia sejam construções sociais, esmiuçadas por inúmeros estudiosos de vários campos, não há dúvida. Resta compreender o porquê de raça ter sido ligada ao fenótipo e de etnia à cultura.

Raça no Brasil passou a ser sinônimo de negro. Por mais que seja evidente a adoração pelo branco e suas características fenotípicas, percebo que o uso da palavra raça é quase sempre associada ao negro e era comum o racismo se manifestar através de frases com teor pejorativo como 'só mesmo sendo dessa raça', para justificar algo ruim ou mal feito. Já falar de índio passou a ser falar de etnia e elencar seus conteúdos e valores culturais. Teria sido essa uma forma voluntária de afastar o índio do discurso racial e isolá-lo ora no passado ora dentro da mata?

Pesquisando os índios do Sudeste brasileiro, Jonathan Warren (2001) percebeu o quanto a questão indígena não se limitava apenas aos critérios culturais, mas abrangia também as características fenotípicas, que pesavam no reconhecimento do índio, daquele considerado como 'indio mesmo': quanto mais traços, pele ou fisionomia se associassem às feições europeias ou negras, mais os índios eram vistos como 'charlatões'. Warren toma como referência a análise de Peter Wade (1997) sobre raça e etnia na América Latina, que entende a divisão dos dois conceitos como um erro, pois reduz raça a fenótipo e etnia à cultura, como se ambos os termos não fossem construções sociais.

Wade (2008) lembra que a categoria 'índio' nasceu simultaneamente com o discurso da raça e reforça o quanto índio foi uma cate-

goria racial carregada de fortes elementos da história, enquanto que a identificação racial do negro poderia graduar-se em vários graus entre o preto e o branco, independente das características fenotípicas, dependendo se a pessoa estivesse bem ou malvestida:

"Uma fotografia de uma pessoa despertará diferentes classificações dependendo de como a pessoa está vestida e quem está fazendo a classificação. A categorização racial é móvel e contextual, influenciada pela aparência, roupa, comportamento, e, especialmente pela classe social: a negritude é fortemente associada à classe baixa" (Wade 2008:182 – traduzido pela autora).

A mesma análise vale para o indígena, pois sua imagem é fortemente associada à pobreza. A maneira como se veste, se ele foge do estereótipo da pobreza, faz com que os não indígenas neguem prontamente sua identidade. A reação que despertou a foto de Ariana Karipuna é um exemplo sobre o quanto o critério da indianidade é ainda associado a como a pessoa se veste. É muito comum que o indígena tenha sua identidade negada caso não use roupas ou acessórios indígenas. Mas mesmo que os indígenas auto afirmados recorram a elementos diacríticos como pinturas e acessórios, eles continuam a ter sua identidade constantemente negada.

Um exemplo disso foi a matéria desrespeitosa que o blog de Nelson Vinencci⁴ publicou, cujo título se reportava aos indígenas do baixo Tapajós como 'Caboclos vestidos de índio'. Explicitamente racista, a matéria informava que, durante uma manifestação na 5ª Unidade Regional de Ensino (URE), "caboclos disfarçados de índios" exigiam a "recontratação do chefão deles", e que o governo do Estado atendeu a reivindicação recontratando o "indião todo poderoso". O pesado e ridicularizador tratamento dado aos indígenas na matéria demonstra, além de racismo, o quanto os indígenas auto afirmados enfrentam acusações quando se caracterizam com elementos popularmente associados à indianidade para demarcar discursivamente o pertencimento.

No IV Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI), realizado em outubro de 2016 em Santarém, a líder indígena Célia Xacria-

bá, durante sua palestra, contou o que havia acontecido durante um evento em uma universidade particular:

Eu fiquei bem surpreendida porque uma antropóloga falou assim 'ah interessante vocês estarem nesse espaço da universidade, muito bacana. Mas eu quero fazer uma pergunta um pouco pessoal. Eu espero que você não fique chateada. Mas, por exemplo, se você não tivesse pintada e andando aí nesse contexto eu jamais identificaria que você era indígena'. E aí eu pensei, eu não vou responder, eu vou ignorar essa pessoa, aí eu falei [pensei]: 'me dê sabedoria'. E quando eu respondi pra ela eu falei assim 'eu esperava ouvir isso de um advogado, mas de um antropólogo não'.

Essa fala é forte e retrata o quanto os indígenas são associados a elementos carregados de estereótipos, inclusive por quem por profissão escolheu estudar o humano. A resposta de Célia Xacriabá foi precisa ao colocar a antropóloga em posição de não poder determinar quem é indígena ou não, ainda mais baseada nos critérios usados para fazer o questionamento, como contexto (universidade) - a índia estaria fora de lugar – e pinturas (cultura) – a índia precisaria parecer índia para ser assim considerada. Célia Xacriabá deixou claro em sua resposta que o papel do antropólogo não era o de avaliar quem é indígena ou não. Ela a comparou a um tipo de advogado limitado, que não estuda o humano, e que se sente no direito de julgar quem é ou não. E assim erroneamente embasar suas determinações de acordo com o senso comum, como volta e meia ocorre no meio jurídico. O questionamento aparentemente respeitoso da antropóloga não escondeu seu próprio preconceito, baseado em estereótipos socialmente arraigados de quem é o indígena.

Os indígenas denunciam o racismo e descolonizam a universidade

Quando cheguei em Santarém, no dia 15 de fevereiro de 2016, pela sétima vez fazendo pesquisas de campo, havia um clima de indignação e logo me falaram que mais uma vez os indígenas haviam sofrido racismo dentro da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Um deles aconteceu com Evaldeson Pereira, indígena de 30

anos, de São Pedro do Arapiuns, estudante do curso de Economia, que um pouco introspectivo, com um tom de voz baixo, me contou: "tem uma frase muito importante, que eu nunca vou esquecer, que o professor falou. Ele falou assim: 'gente, índio não é legal não, índio é ser feio. Índio é ser feio". Senti em Evaldeson tristeza ao relatar o ocorrido, me dizendo que na hora seu coração disparou, e completou: "Porque todo mundo sabe que eu sou indígena lá na sala, mas o professor não sabia porque foi o primeiro dia de aula dele, mesmo assim ele tá sabendo que em quase todas as turmas tem um indígena".

Ele contou que, na hora do intervalo, chamou o professor e o questionou sobre o porquê de ele ter dito isso e que sua fala havia deixado ele muito nervoso. Em seguida, o professor – que estava dando aulas da disciplina 'Formação Social, Política e Econômica do Brasil' – pediu-lhe desculpas na frente de toda a turma. Contudo, Evaldeson não se contentou com as desculpas e, apoiado pelo movimento indígena, denunciou o professor por racismo, mas não contou com a colaboração dos colegas não indígenas de sua sala.

A fim de sensibilizar alunos e funcionários da Ufopa e chamar a atenção para o ocorrido, no dia 19 de fevereiro de 2016, o movimento



Figura 2: Juliana Fidelis. Foto: Malenna Farias (fev 2016).

indígena fez uma mobilização em frente ao prédio da universidade, exigindo respeito e denunciando esse e outros casos de racismo que ocorrem dentro daquele espaço. É a partir dos indígenas inseridos na universidade e no movimento indígena que vai se ampliando a identificação e a nomeação do racismo, com todas as suas letras, conforme a imagem retratada durante a manifestação (Figura 2).

A manifestação contra o racismo institucional contra os indígenas motivou a organização da 6ª edição da Semana dos Povos Indígenas da Ufopa a focar o racismo como tema central do encontro. Intitulado 'Diversidade Indígena: todos contra o racismo', o evento discutiu, entre os dias 12 e 15 de abril de 2016, a intensificação dos casos de racismo contra o indígena nas universidades brasileiras. A ocasião contou com a participação de indígenas de 17 etnias das regiões da Calha Norte, do alto, médio e baixo Tapajós, que falaram sobre suas culturas a fim de informar e combater o racismo.

A conversa que tive com os indígenas auto afirmados Guerreiro, Warú e Kaxi, referidos no começo do artigo, aconteceu dois meses antes desse evento. Caso tenham participado, é provável que agora eles tenham um melhor esclarecimento sobre o racismo e comecem a identificar casos de preconceito e discriminação também como racismo. A Semana dos Povos Indígenas foi aberta com um ritual que formou uma grande roda envolvendo os 900 participantes da 'Audiência Pública: Racismo Institucional nas Universidades', evento que deu início a uma densa programação.

De acordo com a matéria publicada pelo site de comunicação da Ufopa⁵, na audiência estavam presentes representantes do Ministério Público Federal (MPF), da Funai, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), e da própria Ufopa⁶, cuja ouvidora, Janete Sousa, disse que a denúncia de racismo institucional ainda é tímida e "não representa a realidade conhecida". O coordenador do Diretório Acadêmico Indígena (DAIN), Abimael Munduruku, disse que para enfrentar o racismo deve-se reconhecer que o problema existe. Já o pró-reitor de Gestão Estudantil, Valdomiro Sousa, pediu que a vigilância

contra atitudes sutis, racistas e opressoras, fosse feita diariamente, e completou dizendo que "o racismo é apenas uma face do preconceito e da opressão contra grupos minoritários". Entretanto, no caso sofrido pelos indígenas, não seria o racismo que engloba as faces do preconceito e da opressão?

Com a Semana dos Povos Indígenas, o problema do racismo ganhou evidência na Ufopa e, no período de 23 a 25 de maio de 2016. foi realizado na universidade o seminário e minicurso 'Alteridade, Raca-Etnia e Racismo'. Esse outro evento, que contou com a parceria da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso) e do Conselho Regional de Psicologia, focou a contribuição da psicologia na compreensão das relações étnico-raciais, abordando estigma, estereótipo e preconceito como construções sócio-culturais. Outro departamento da Ufopa, que também se sensibilizou com a causa, foi o de Comunicação, que lancou uma campanha contra o racismo. Nos cartazes produzidos, estavam estampadas frases racistas de impacto, que os estudantes negros ou indígenas haviam ouvido nas dependências da universidade. A campanha pedia atenção para as práticas cotidianas e naturalizadas de discriminação, e também se posicionava contra a negação do racismo. A Ufopa incentivou as pessoas a compartilharem as imagens dos cartazes nas redes sociais com a hastag #OfimDoRacismoComecaPorVocê.









Figura 3: Imagens de alguns dos cartazes da campanha contra o racismo. Fonte: #ofimdoracismocomeçaporvocê.

Toda essa preocupação de combate ao racismo na Ufopa é resultado de uma série de eventos e comportamentos que agrediram especialmente estudantes indígenas. É no universo acadêmico que ocorre o reconhecimento do racismo, em atitudes preconceituosas e discriminatórias baseadas em estereótipos e estigmas.

É preciso desconstruir a imagem estabelecida do indígena pelo senso comum. O estudante de Direito da Ufopa, Márcio Saw Munduruku, da aldeia Primavera, 25 anos, conheceu a cidade pela primeira vez quando, com o apoio dos pais, decidiu continuar seus estudos no município paraense de Itaituba, há cinco anos, quando tinha 20 anos. Márcio conta que quando tinha 8 anos aprendeu a ler e escrever ensinado pelo tio indígena, que era também seu professor, mas que até os dez anos não falava o português. Na cidade, logo sentiu a necessidade de aprender informática e contou com a ajuda da mãe, que recebia uma bolsa do governo, o que o permitiu pagar o curso.

Márcio Munduruku relata: "eu achava que os alunos da cidade eram muito inteligentes, eram mais inteligentes, mas quando eu cheguei lá pela primeira vez, eu acho que eles tinham mais vergonha que eu, de se expressar, de se apresentar". Até mesmo ele, que nasceu e



Figura 4: Márcio Saw Munduruku. Foto: autora (fev 2016).

cresceu na sua aldeia, dotado de tantos conhecimentos tradicionais da sua cultura, compartilhava a crença do senso comum de que os não indígenas seriam mais inteligentes. Logo o percebi arguto, através da clareza com que expressava suas ideias, mas ele quis me contar o quanto se destacou na escola embora fosse indígena: "na sala de aula, todo mundo me reconhecia como indígena. Eu era muito inteligente em matemática, quer dizer, em todas as disciplinas, porque eu gostava de estudar, eu fui muito bom e os alunos sempre me consideravam como o melhor aluno, sempre fui elogiado pelos professores também".

A imagem do indígena estabelecida pelo senso comum é muitas vezes compartilhada por eles mesmos. É uma ideologia pervasiva que penetra mentalidades. Paulo Freire, referindo-se à análise da 'consciência colonizada' de Albert Memmi, fala da auto-desvalia como característica do oprimido: "Resulta da introjeção que fazem eles da visão que deles têm os opressores" (Freire 1983:43). De tanto ouvirem que os não indígenas são donos do 'conhecimento universal' e por isso mais inteligentes, acabam se convencendo de que isso é uma verdade.

Só passam a ter uma visão diferente na medida em que se inserem num contexto concreto e podem reavaliar isso. "É preciso que comecem a ver exemplos da vulnerabilidade do opressor para que, em si, vá operando-se convição oposta à anterior. Enquanto isso não se verifica, continuarão abatidos, medrosos, esmagados" (Freire 1983:43) Esse processo é precisamente a decolonialidade do ser, uma libertação que em certa medida o movimento indígena opera. Uma libertação vivida por Márcio Munduruku ao se inserir em um contexto concreto, no caso a escola, e confrontar a percepção que antes tinha.

Essa mesma disposição em demonstrar inteligência para os não indígenas, percebi na Ariana Karipuna, de quem eu falei no item anterior, quando ela me contou sua experiência de estudar em uma escola não indígena. "Os colegas da sala mandavam bilhetinho pra mim dizendo: 'ih, índia cobra vai lá explicar, índia onça vai lá explicar teu trabalho. Ih, olha a índia! A índia vai explicar o trabalho dela'. Entendeu? Só que eu relevava. Eu dizia com muito orgulho eu sou índia e vou mostrar pra vocês como a índia é inteligente", relata Ariana Karipuna. Os indígenas têm sempre de enfrentar o senso comum estabelecido de que eles são intelectualmente menos capazes e por isso, não obstante as dificuldades que enfrentam para garantir a educação formal, costumam se empenhar muito mais para vencer as barreiras estabelecidas pelo pensamento geral.

Márcio Munduruku diz que continua aprendendo o português, embora eu tenha percebido o seu português muito fluente. Ele lembra de como se sentiu quando foi estudar em uma comunidade não indígena: "eu não me sentia à vontade porque a maioria falava só português. Eu não falava, eu não entendia". O que ele diz confirma que a língua é uma das maiores barreiras que os estudantes indígenas que saem de suas aldeias para estudar na universidade enfrentam. Muitos deles estudaram o ensino fundamental e médio nas suas aldeias com um método de ensino diferenciado usando suas línguas maternas, e sentem dificuldades quando ingressam na universidade, na cidade, especialmente por causa do português.

Maike Vieira, que se identificou como índio negro da etnia Kumaruara, foi Coordenador de Cidadania e Promoção Étnico Racial na Diretoria de Ações Afirmativas da Ufopa. Ele me contou sobre as dificuldades que os indígenas enfrentam no processo de adaptação à universidade:

O processo de adaptação no ambiente urbano marcado pelo individualismo, pelo preconceito, pelo racismo, esse choque cultural é muito difícil pros indígenas. Muitos que são bilíngues, como os Munduruku e os Wai Wai, desistem logo no primeiro contato porque têm dificuldade de conseguir um contrato para alugar uma casa, têm dificuldade pra se movimentar na cidade, têm dificuldade pra abrir uma conta bancária, que é fundamental pra que eles tenham acesso à bolsa pra permanência na universidade. Outro processo que é duro é o processo de permanência na universidade porque ele se depara com o modelo acadêmico cartesiano, baseado na meritocracia, na nota. E na hora de formar equipes, muitos ficam de fora. Eles têm dificuldade com a língua, sobretudo os indígenas bilíngues. Os indígenas do baixo Tapajós também têm essa dificuldade, mas como eles foram alfabetizados no português, essa dificuldade é menor. Por conta disso, a gente já recebeu muitos casos [denúncias] de racismo, de preconceito em sala de aula, de discriminação, de o indígena não conseguir fazer trabalho em nenhuma equipe, de professores se negarem a orientar trabalhos de pesquisa.

Essa dificuldade com o português foi relatada por Márcio Munduruku, que afirmou: "os alunos que vêm da aldeia pra cidade têm mais dificuldades de se expressar, de falar e até entender eles não entendem". Especialmente, as dificuldades dos indígenas para falar o português reforçam o racismo na universidade. A língua "barra os estudantes indígenas a ponto de até chegar a desistir também", afirma Márcio Munduruku, que completou dizendo da sua própria dificuldade quando se trata de uma linguagem mais técnica:

Aqui na Ufopa, eu tenho mais dificuldade porque o método de ensino é mais técnico. Por exemplo, em algumas disciplinas eu acabo não entendendo a explicação dos professores. A linguagem é muito técnica e eu acabo não entendendo, mas também os alunos não indígenas não entendem. Aí, como eu sou indígena, pior pra

mim. A gente sofre preconceito por parte dos professores, como dos alunos também.

Também Márcio Munduruku nomeou de preconceito o que os indígenas sofrem na universidade. E, se por um lado, os indígenas têm que se esforçar para superar suas dificuldades em relação à língua portuguesa e com isso demonstrar suas capacidades intelectuais, por outro, se eles falam bem o português, completam seus estudos ou demonstram conhecimento em relação a algum assunto específico, que não seja relacionado à natureza, eles são vistos como não indígenas pela sociedade, conforme explica Ariana Karipuna:

Tem pessoas que falam que eu não sou índia, mas eu sempre digo pra eles que sou índia sim. Lá na minha aldeia, ela já é uma aldeia bem avançada, tanto na estrutura quanto no conhecimento das pessoas, aí eles acham que a gente não é mais índio, mas isso não existe. A gente não perde nada. A gente não deixa de ser índio. Pelo fato de eu me comunicar com o português bem falado, então eles acham que não sou índia.

Considerações finais

O desencontro, entre o 'ser' indígena e o não reconhecimento pela sociedade, gera um constante atrito. É nesse espaço que se consolida um conflito, no qual os indígenas se chocam ao confrontar pensamentos e comportamentos pré-estabelecidos. O senso comum constrói uma definição de quem é o indígena e quando ele não se enquadra nessa imagem, muitas pessoas se sentem livres para atacar sua identidade e feri-lo na sua essência, os chamando de falsos ou/e acusando-os de aproveitadores. Essas formas de violência, baseadas no não reconhecimento, que agridem no plano moral, estão ainda longe de serem combatidas e de alguma forma punidas. O não reconhecimento às vezes não é tão explícito. Para as violências explícitas, o racismo pode ser reconhecido e denunciado.

Contudo o racismo contra os indígenas ainda é pouco reconhecido socialmente, pois raramente é nomeado enquanto tal. Isso ocorre

pelo fato de os povos nativos não serem compreendidos na categoria, socialmente construída, raça. Os indígenas, especialmente a partir de suas inserções na universidade, começam a nomear e a denunciar o racismo historicamente arraigado na sociedade. Denunciam o racismo institucional que os deixou a margem das políticas públicas de igualdade racial e denunciam as violências que sofrem cotidianamente. Os indígenas nomeiam para denunciar e assim contribuem para uma sociedade mais justa.

Através de denúncias e audiências no Ministério Público Federal, indígenas e seus aliados conquistaram, em setembro de 2017, a publicação pela Ufopa de um guia de combate ao racismo no ambiente universitário cujo nome é 'Racismo na universidade? Orientações para a igualdade étnico-racial e superação do racismo'. A denúncia pode contribuir para construir uma sociedade sem racismo. Confrontar devidamente o racismo contra o indígena, no plano social e legal, é um caminho concreto para começar a equilibrar as relações sociais. No entanto, até mais importante que punir o racista é transformar razão e sentimento e, consequentemente, comportamento. Para isso, o melhor caminho é a educação. Nesse sentido, o movimento antirracista conduzido pelos indígenas e aliados a partir da Ufopa faz desse ambiente um lugar de pensamento e ação decolonial. Lugar onde se enfrenta a reprodução de relações sociais desiguais estabelecidas desde os tempos coloniais.

Notas

¹ "Las élites occidentalizadas del tercer mundo (africanas, asiáticas o latinoamericanas) reproducen prácticas racistas contra grupos etno/raciales inferiorizados donde dependiendo de la historia local/colonial la inferiorización puede ser definida o marcada a través de líneas religiosa, étnicas, culturales o de color" (Grosfoguel 2011:98).

² O Jornalista Leonardo Sakamoto faz uma crítica contundente no texto 'Como cobrir o Dia do Índio para a TV', disponível em http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2012/04/19/como-cobrir-o-dia-do-indio-para-a-tv/.

- ³ A photograph of a person will elicit different terms depending on how the person is dressed and who is doing the classifying. Racial categorization is shifting and contextual, influenced by appearance, dress, behavior, and, especially, class status: blackness is strongly associated with lower class position.
- ⁴ Publicada em 28 de maio de 2014 e disponível em: http://blogdonelsonvinencci.blogspot.com.br/2014/05/caboclos-vestidos-de-indio-tomaram-de.html
- ⁵ http://www.ufopa.edu.br/noticias/2016/abril/audiencia-publica-marca-o-inicio-da-semana-dos-povos-indigena. Publicado em 13/04/2016.
- Representada pela Ouvidoria, a Reitoria de Gestão Estudantil, do Diretório Acadêmico Indígena (DAIN) e a Coordenadoria de Cidadania e Igualdade Étnico-Racial.

Referências

- ARRUTI, José Maurício. 1997. "A Emergência dos 'Remanescentes': Notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas". *Mana* 3(2):7-38.
- COHN, Clarice. 2001. "Culturas em Transformação. Os índios e a civilização". Perspectiva, 15(2):36-42.
- FREIRE, Paulo. 1983. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. 2003. "Como trabalhar com 'raça' em sociologia". Educação e Pesquisa, 29(1):93 -107.
- _____. 1995. "Racismo e anti-racismo no Brasil". Revista Novos Estudos CEBRAP, (43):26-44.
- GROSFOGUEL, Ramon. 2011. "La descolonización del conocimiento: diálogo crítico entre la visión descolonial de Frantz Fanon y la sociología descolonial". In SOUSA SANTOS, B. (ed.): Formas-Otras: Saber, nombrar, narrar, hacer, pp.97-108. Barcelona: Ediciones CIDOB.
- WADE, Peter. 2008. "Race in Latin America". In POOLE, D. (ed.): A Companion to Latin American Anthropology, pp. 177-192. Oxford:Blackwell Publishing Ltd.
- _____. 1997. Race and ethnicity in Latin America. London: Pluto Press.
- WARREN, Jonathan W. 2001. Racial Revolutions: Antiracism & Indian Resurgence in Brazil. Durhen and London: Duke University Press.

Abstract: This article brings together diverse perspectives on the understanding of racism against indigenous people based on fieldwork carried out in the city of Santarém (PA). Interviews, reports, and presentations at a variety of events dealing with the theme of racism were analyzed to determine whether racism is understood as violence affecting indigenous

ANTHROPOLÓGICAS 28(2):27-56, 2017

people. The indigenous students of the Federal University of the West of Pará (UFOPA) transform their academic space into a place of decolonial thought and action through identifying, recognizing, and denouncing the racism that impacts them.

Keywords: Racism against Indigenous People; Prejudice; Discrimination; Decolonial Action.

Recebido em outubro de 2017. Aprovado em dezembro de 2017.